

Um sistema partidário falido?

Homero de Oliveira Costa

Jornal Zona Sul 01.07.2005

A democracia moderna, consolidada no século XX com o aperfeiçoamento das instituições políticas que regulam o conflito social, tem como fundamento, além da divisão de poderes, a competição política, que supõe, como condição essencial, sistemas políticos competitivos nos quais as eleições são importante fonte de legitimação.

Para alguns autores, no entanto, as novas condições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático, tornaram obsoleto o sistema partidário existente e citam a volatilidade eleitoral (que significa a não estabilidade do padrão de competição partidária), o enfraquecimento gradativo dos partidos políticos, a proporção decrescente de votos para os partidos ao longo do tempo.

Embora eu não considere que todos os sistemas partidários existentes sejam obsoletos, há um fundo de verdade nesse diagnóstico. Senão, vejamos: as eleições, mesmo nos países mais desenvolvidos, têm revelado a diminuição da participação da população nos processos eleitorais. É o caso dos Estados Unidos e da Suíça, onde mais da metade dos eleitores não comparecem às urnas, como tem sido constatado também em diversos países europeus que, até pelo menos a década de 1990, tinham altas taxas de participação eleitoral (França, Alemanha, Portugal, Espanha etc.).

No Brasil, no entanto, o caso é mais grave, porque, ao contrário da maior parte dos países europeus e dos Estados Unidos, o voto é obrigatório e, no entanto, há uma expressiva taxa de alienação eleitoral (soma de votos nulos, brancos e abstenções). Só para citar um exemplo, nas últimas eleições presidenciais, só no 1º turno, quando Lula teve 39 milhões de votos, quase 31 milhões de eleitores ou anularam o voto, ou votaram em branco ou se abstiveram (mais do que a soma dos votos dados a Garotinho e Ciro Gomes. E quase 11 milhões a mais do que os votos de José Serra.).

No RN, nas eleições para governador, só no 1º turno, a alienação eleitoral foi de 34,07%, ou seja, de 1.917.382 eleitores, de um total de 606.652 eleitores, mais do que os votos dados a Wilma de Faria, que teve 492.756 votos.

Esses dados, que podem ser ampliados numa análise mais geral das eleições no Brasil (há Estados, como o Maranhão, em que na eleição para deputado federal, esse índice chegou a 78% numa eleição para governador!) expressam, a meu juízo, entre outros aspectos, a débil institucionalização do sistema partidário e eleitoral no Brasil (no plano mais geral, a meu ver, falta credibilidade, e, em alguns casos, legitimidade, não apenas no Brasil, mas, também, na em outros países da América Latina).

A fraca institucionalização do sistema partidário se deve a vários fatores, entre eles uma legislação permissiva, tanto para a formação e funcionamento dos partidos políticos, com um sistema eleitoral igualmente permissivo (contribuindo, entre outros aspectos, para o baixo grau de fidelidade partidária).

Assim, não por acaso, pesquisas como as realizadas pelo Latinobarómetro (www.latinobarometro.org) invariavelmente têm demonstrado que no Brasil (mas não apenas) os partidos (e os políticos) são poucos confiáveis, constatando-se uma baixa credibilidade e legitimidade dos partidos (dados corroborados por pesquisas realizadas no Brasil, como a do Estudo Eleitoral Brasileiro - ISEB, em 2002, que mostrou que para 71% dos entrevistados, os deputados federais e senadores não representam, ou representam muito pouco o que pensam os eleitores, e que 46% dos eleitores não votariam se o voto não fosse obrigatório).

No entanto, como conceber uma democracia sem a existência dos partidos políticos? Se estes são fracos e inconsistentes ideologicamente, o problema consiste em saber como mudar isso. A meu ver, o começo é uma mudança substancial no sistema partidário (e eleitoral) porque o que existe tem se revelado obsoleto e inadequado para o país.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br